

Bernardo Feijoo Sanchez

A LEGITIMIDADE DA PENA ESTATAL

Uma breve análise das teorias da pena

Tradutor
Nivaldo Brunoni



Florianópolis – 2015

Editores CONCEITO EDITORIAL

Presidente Salézio Costa	Conselho Editorial André Maia Adriana Mildart Aline de C. M. Maia Liberato Carlos Alberto P. de Castro Cesar Luiz Pasold Diego Araujo Campos Edson Luiz Barbosa Fauzi Hassan Choukr Jacinto Coutinho Jerson Gonçalves C. Junior João Batista Lazzari Jonas Machado Ramos	José Antônio Peres Gediél José Antônio Savaris Lenio Luiz Streck Marcelo Alkmim Martonio Mont'Alverne B. Lima Michel Mascarenhas Renata Elaine Silva Samantha Ribeiro Meyer Pflug Sérgio Ricardo F. de Aquino Theodoro Vicente Agostinho Vicente Barreto Vladmir Oliveira da Silveira Wagner Balera
Editores Orides Mezzaroba Valdemar P. da Luz		
Assistente Editorial Lourdes Fernandes Silva		
Capa e Diagramação Paulo H. Benczik		

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Cristina G. de Amorim CRB-14/898

S2111

Sanchez, Bernardo Feijoo

A Legitimidade da Pena Estatal - Uma breve incursão pelas teorias da pena /Bernardo Feijoo Sanchez - Florianópolis: Conceito Editorial, 2015.
126p.

ISBN 978-85-7874-405-2

1. Direito penal 2. Castigo 3. Pena 4. Legitimidade I. Título

CDU - 343

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo.
A violação dos direitos autorais é punível como crime, previsto no Código Penal e na Lei de direitos autorais (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

© Copyright 2015 Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Rua Hipólito Gregório Pereira, 700 – 3º Andar
Canasvieiras – Florianópolis/SC – CEP: 88054-210
Editorial: Fone (48) 3205-1300 – editorial@conceitojur.com.br
Comercial: Fone (48) 3240-1300 – comercial@conceitojur.com.br

www.conceitojur.com.br

SUMÁRIO

NOTA PRELIMINAR DO TRADUTOR.....	9
----------------------------------	---

INTRODUÇÃO	11
------------------	----

PRIMEIRA PARTE

UMA BREVE HISTÓRIA DAS TEORIAS DA PENA

1

AS TEORIAS RELATIVAS DA PENA NA ILUSTRAÇÃO	17
--	----

2

AS TEORIAS RETRIBUTIVAS DA PENA NO IDEALISMO ALEMÃO	21
---	----

2.1. Kant: Faça-se justiça e acabe o mundo?	22
---	----

2.2. Hegel: a pena como restabelecimento do Direito	26
---	----

3

A REFORMULAÇÃO DAS TEORIAS PREVENTIVAS NO DECORRER DOS SÉCULOS XIX E XX.....	31
---	----

3.1. A prevenção geral negativa ou intimidatória	31
--	----

3.1.1. Definição.....	31
-----------------------	----

3.1.2. A pena como controle do lado obscuro do ser humano	32
---	----

3.1.3. A pena como preço.....	33
-------------------------------	----

3.1.4. Sobre as críticas à prevenção geral negativa ou intimidatória	34
--	----

3.1.5. Conclusão	45
------------------------	----

3.2. A prevenção especial	46
---------------------------------	----

3.2.1. Definição.....	46
-----------------------	----

3.2.2. Críticas aos modelos orientados à prevenção especial como fim essencial da pena	49
---	----

3.2.3. A análise econômica do Direito e a prevenção especial	59
--	----

3.2.4. Conclusão	61
3.3. A prevenção geral positiva entendida como prevenção integradora: a irrupção da psicologia social nas reflexões sobre a pena	63
3.3.1. Definição	63
3.3.2. Críticas	66
3.3.3. Novas tendências no âmbito anglo-saxão: a teoria do "merecimento empírico" como merecimento conforme as intuições da comunidade em relação à justiça	71
3.3.4. A pena está legitimada exclusivamente como meio de minimização da violência? Trata-se de um fundamento ou de uma consequência?	75
3.4. As teorias mistas ou da união.....	79

SEGUNDA PARTE

NOVAS PERSPECTIVAS NO SÉCULO XXI

4

A PENA COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO.....	83
---	-----------

5

AS TEORIAS NEORRETRIBUTIVAS.....	85
5.1. O neorretribucionismo liberal. Do merecimento à equidade	85
5.2. O neorretribucionismo comunitário.....	86
5.3. Conclusão. As insuficiências de uma perspectiva retributiva que só olha o passado	89

6

A INFLUÊNCIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NA REFORMULAÇÃO DA PREVENÇÃO GERAL COMO ESTABILIZAÇÃO NORMATIVA.....	93
6.1. Definição.....	93
6.2. Pode a ideia da estabilização normativa unificar todas as dimensões relevantes de um fenômeno social tão complexo como a pena?.....	100
6.2.1. Os possíveis excessos da prevenção estabilizadora.....	100
6.2.2. A assunção de critérios de justiça e merecimento e do tratamento dos seres humanos como autônomos e responsáveis	109
6.2.3. As insuficiências preventivas da pena adequada à culpabilidade	111
6.2.4. A compatibilidade entre prevenção estabilizadora e prevenção especial positiva	115
6.2.5. Como ficam as vítimas?.....	117
BIBLIOGRAFIA	123